

O Estado de S. Paulo

17/5/1984

Invasão de terras em Itaberá

Da regional, do enviado especial e do correspondente

Cerca de 450 pessoas, num total de 140 famílias, número que poderá dobrar nos próximos dias, estão ocupando desde anteontem 1.100 alqueires da fazenda Pirituba, no município de Caberá, na região Sul do Estado. A invasão teve início na madrugada de anteontem e a cada dia aumenta o número de invasores, o que está causando preocupação às autoridades da região, que temem conflito na área.

A maior parte dos invasores é composta de pequenos sitiantes que perderam suas terras, bóias-frias e favelados da região, assim como retirantes do Norte do Paraná. Algumas famílias já moravam na fazenda, de onde foram desalojadas através de pressão ou por meio da Justiça, segundo informou José Vanderlei Barreira, assessor administrativo da Prefeitura de Itaberá.

Os invasores tomaram até agora mais de mil alqueires da fazenda, mas estão expandindo seu controle para outras glebas vizinhas. O problema é que eles não têm onde se abrigar e vêm acomodando suas famílias debaixo de árvores ou galpões velhos. Poucos possuem barracas e a comida está no fim, havendo também falta de água potável na área invadida. "Um grupo deles esteve hoje na prefeitura pedindo comida, e também arrecadou alimentos entre a população. Segundo informações, eles já estariam passando fome" — disse Vanderlei.

O prefeito de Itaberá, José da Glória Barreira, do PMDB, enviou telex à Secretaria da Agricultura, ao Palácio dos Bandeirantes e à Secretaria da Justiça informando sobre a Invasão e solicitando ajuda. De acordo com ele, caso ocorram conflitos, a polícia da cidade não terá condições de fazer nada, pois todo o efetivo do município é formado por apenas quatro policiais: "Não temos nem delegado" — acrescentou.

A fazenda Pirituba — com cerca de sete mil alqueires, que se estendem pelos municípios de Itaberá e Itararé — tem uma história de disputas e invasões. Área devoluta, sofreu a primeira tentativa de aproveitamento durante o governo Adhemar de Barros, que ali implantou um projeto de colonização, subordinado à Secretaria de Agricultura. O plano fracassou e a fazenda passou a ser objeto de disputa entre grileiros. Posteriormente, quatro grandes fazendeiros — um deles de um grupo holandês — reivindicaram as terras, apresentando títulos de propriedade.

Através de ações que ainda tramitam no Fórum de Itapeva, esses latifundiários conseguiram liminares de reintegração de posse, despejando várias famílias que se haviam estabelecido na área. Há três anos, houve nova tentativa de invasão por parte de algumas famílias, rechaçadas pelos fazendeiros.

Calma em Ivinhema

No Município de Ivinhema (MS), ontem, voltou a calma. Os policiais deixaram de passear a pé pelo comércio e ninguém mais terá medo de saque por parte dos invasores da gleba Santa Idalina, os quais ficaram dois dias "hospedados" na igreja matriz. E para a comerciante Laudelina Oliveira, proprietária de um foto na cidade, a passagem dos acampados, depois do despejo, foi boa porque ela vendeu vários filmes coloridos para os próprios camponeses que queriam documentar a aventura.

Ontem de manhã, os ex-invasores levantaram cedo e, em caminhões e ônibus emprestados pela Prefeitura de Ivinhema, deixaram a igreja. A maioria — cerca de 300 — decidiu formar a

"favela de lona" nos quatro alqueires que o bispo Teodardo Leitz ofereceu "até que se encontre a terra definitiva para eles".

"Cidade de lona"

Já no município de Dourados (MS), cerca de 500 pessoas — a maioria homens — começaram a montar ontem, numa área de quatro hectares, na Vila São Pedro, uma pequena "cidade de lona", depois de terem sido desalojados no início desta semana da gleba Santa Idalina, em Ivinhema.

O bispo da diocese de Dourados, d. Teodardo Leitz, cedeu o lote rural para "evitar que essas famílias ficassem ao relento, sem ter para onde ir", enquanto esperam uma solução do governo do Estado ou do Ministério para Assuntos Fundiários.

O primeiro grupo de invasores da terra da Someco chegou ontem de manhã e imediatamente começou a montar as barracas de lona, numa área de propriedade da diocese local e onde funciona a Casa do Cursilho da Cristandade e os escritórios regionais do Conselho Missionário Indigenista (Cimi).

(Página 15)